



MINISTÉRIO PÚBLICO DO ESTADO DE SERGIPE
PROCURADORIA GERAL DE JUSTIÇA
COORDENADORIA DE COMUNICAÇÃO
RECORTE DE JORNAIS

Correio Urbano

A3 POLÍTICA

Correio de Sergipe • Aracaju
terça-feira • 27 de setembro de 2016

Candidatos: maioria tem planos para educação

Apenas 20, porém, sinalizaram que, se eleitos, vão cumprir as medidas previstas no Pacto pela Educação

Nos programas de governo, dos 238 candidatos às prefeituras nos 75 municípios do Estado, quase todos falam de educação; apenas 20, porém, sinalizaram que, se eleitos, vão cumprir as medidas previstas no Pacto pela Educação. Em Aracaju, todos os candidatos têm projetos voltados para este tema. Os dados foram apresentados pela Procuradoria Regional Eleitoral e os Ministérios Públicos Federal e Estadual

divulgam a lista de candidatos a prefeito em Sergipe que assumiram o compromisso na continuidade do projeto nacional Ministério Público pela Educação (MPEduc).

No Pacto pela Educação, uma etapa do MPEduc, os atuais gestores se comprometem a tornar a educação prioridade máxima. Para isso, devem adotar medidas para incluir recursos no orçamento, mobilizar todo o município, servidores, professores, pais, alunos, empresários e comunidade em



NO PACTO PELA EDUCAÇÃO, UMA ETAPA DO MPEduc, OS ATUAIS GESTORES SE COMPROMETEM A TORNAR A EDUCAÇÃO PRIORIDADE MÁXIMA

geral. Os 75 municípios sergipianos e o Estado são sig-

natários do pacto.

Para dar continuidade ao trabalho que já vem sendo realizado, em julho deste ano, a PRE/SE, o MPF e o MP-SE enviaram recomendação aos Diretórios Estaduais dos Partidos Políticos. No documento, havia orientação para os candidatos ao cargo de prefeito, ao formalizarem o registro de candidatura, explicassem o modo pelo qual pretendiam cumprir os compromissos firmados pelo município sobre

o Pacto pela Educação.

“Estamos de olho. O MPF e o MP/SE atuarão para que os compromissos assumidos pelos municípios sejam cumpridos, independentemente dos resultados das eleições. Apesar de não se referirem diretamente ao que foi firmado com os Ministérios Públicos, a imensa maioria dos candidatos apresentou propostas para a educação e o que foi pactuado formalmente pela municipalidade terá que ser cumprido”, destaca o

procurador regional dos direitos do cidadão, Ramiro Rockenbach.

No levantamento dos Ministérios Públicos foram identificados dez candidatos que simplesmente não registraram propostas relacionadas à educação. Desses, alguns nem protocolaram programa de governo. “Como saber as diretrizes da gestão destes candidatos, se eleitos, se nem sequer apresentaram programa de governo?”, questiona Rockenbach.